

ecorodovias

CONCESSÕES

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

e Controladas

CNPJ/MF nº 08.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

Demonstrações Financeiras

2024

**Senhores Acionistas:** A Administração da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Mensagem da Administração:** A Ecorodovias Concessões e Serviços é a empresa do Grupo Ecorodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas, agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros, às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecosul, Eco101, Ecoponte, Eco135, Ecovia do Cerrado, EcoRioMinas, EcoNordeste e indireta da Eco05 e Ecovias do Araguaia, através da Argovias Participações e Holding do Araguaia, respectivamente. As concessões possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País. Em 2024, trafegaram 626,3 milhões de veículos equivalentes pagantes nas 11 concessionárias da Companhia. As principais características dos Contratos de Concessão das controladas diretas e indiretas da Companhia, estão descritas na Nota Explicativa nº 19.2 das Demonstrações Financeiras. Em 28 de novembro de 2024, a Companhia venceu a Concorrência Internacional nº 02/2024 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, para exploração por 30 anos, contados a partir da data de assinatura do termo de transferência inicial, do Sistema Rodoviário do Lote Nova Raposa, composto por trechos das rodovias SP-270/280/029 e trecho Cotia-Embu das Artes, com extensão total de 92 km, incluindo 41 km do sistema atualmente administrado pela Concessionária CCR ViaOeste. A classificação deve-se em razão da maior oferta do valor de outorga fixa de R\$2.190,8 milhões pela ECS. O pagamento foi realizado antes da assinatura do contrato de concessão, em março de 2025, e o valor atualizado pelo IPCA (data-base de março/2024). A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além disso, a Ecorodovias Concessões agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

**PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **RESULTADOS OPERACIONAIS:** O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou aumento de 15,4% em 2024, devido, principalmente, ao início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNordeste. O tráfego comparável apresentou crescimento de 5,8% em 2024, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNordeste. **Veículos Pesados -** o tráfego consolidado apresentou crescimento de 19,4% em 2024 e o tráfego comparável, 8,2%. O crescimento do tráfego na **Ecopistas** deve-se ao aumento da produção industrial e incremento da movimentação no Porto de São Sebastião. **Eco135 e Ecovias do Araguaia** à indução de veículos em razão da ampliação da capacidade das rodovias por meio da entrega das duplicações e vias marginais; **Ecovias dos Imigrantes** e **Eco050** ao aumento das exportações de soja, milho e açúcar; e **Eco101** ao ciclo de colheita da região. A redução do tráfego na **Ecovias do Cerrado** deve-se à diminuição da movimentação do Terminal

Relatório da Administração 2024

Ferrovário do São Simão (modal integrado) para exportações de grãos por meio de ferrovia). **Ecoponte** à diminuição da movimentação de veículos comerciais; e **Ecosul** aos impactos causados pelas chuvas no Rio Grande do Sul em maio/2024. **Veículos Leves** - o tráfego consolidado apresentou crescimento de 9,5% em 2024 e o tráfego comparável, 2,5%. O crescimento do tráfego comparável deve-se, principalmente, às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados. A tarifa média consolidada apresentou aumento de 5,3% em 2024. A tarifa média comparável apresentou aumento de 3,8% em 2024, desconsiderando cobrança de pedágio pela EcoRioMinas, e EcoNordeste. **RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS: RECEITA BRUTA:** A receita bruta consolidada totalizou R\$10.120,7 milhões em 2024, crescimento de 12,3% em relação ao exercício anterior. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$623,9 milhões. **Receita de Pedágio** - aumento de 20,6% devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da cobrança de pedágio pela EcoRioMinas e EcoNordeste. **Receita de Construção** - redução de 0,5%, estável em comparação com o ano anterior. **Receita Acessória e de Serviços** - aumento de 6,9% devido, principalmente, às receitas com arrendamento de áreas e contratos de fibra ótica. Para mais informações sobre a Receita Bruta, vide Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **RECEITA LÍQUIDA:** A receita líquida consolidada atingiu R\$9.496,8 milhões em 2024, excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada foi de R\$5.064,2 milhões, aumento de R\$125,4 milhões em 2024, aumento de 22,9%, em função da revisão dos cronogramas de provisão para manutenções futuras nas concessionárias. **Custo de Construção:** R\$3.432,6 milhões em 2024, redução de 0,5%, devido ao menor volume de obras no período. Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **EBITDA E MARGEM EBITDA:** Em 2024, o EBITDA atingiu R\$4.487,0 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e *impairment* de ativos foi de R\$4.653,9 milhões com margem EBITDA ajustada de 76,7%. **RESULTADO FINANCEIRO:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$1.719,4 milhões, aumento de 25,2% em relação aos R\$1.373,5 milhões negativos em 2023 devido, principalmente, ao incremento dos juros e variação monetária sobre debêntures, em função do aumento do endividamento em debêntures. Para mais informações sobre o Resultado Financeiro, vide Nota

Explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** Em 2024, a Ecorodovias Concessões e Serviços apresentou lucro líquido de R\$1.014,7 milhões, aumento de 31,6% quando comparado a 2023. **DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO:** A Ecorodovias Concessões e Serviços encerrou dezembro de 2024 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo no montante de R\$3.886,9 milhões. A dívida bruta (composta por empréstimos e financiamentos e debêntures) atingiu R\$19.444,3 milhões, sendo 63,9% dos vencimentos no longo prazo. As obrigações com poder concedente eram de R\$2.657,9 milhões. A dívida líquida, desconsiderando as obrigações com poder concedente, encerrou o ano em R\$15.556,4 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado de 3,3x, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e *impairment* de ativos. Para mais informações sobre o endividamento, vide Notas Explicativas nº 15, 16, e 19 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **INVESTIMENTOS:** O CAPEX, composto pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, realizado em 2024 foi de R\$4.377,7 milhões. Os principais investimentos foram destinados às obras de ampliação da capacidade operacional da Eco135, Eco050, EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia, Ecovias do Cerrado, Eco101 e EcoNordeste, conservação especial de pavimento na Eco135, Eco050, EcoRioMinas, Ecovias do Araguaia, EcoNordeste, Eco101, Ecovias dos Imigrantes e Ecovias do Cerrado, e implantação de prédios operacionais na EcoRioMinas e EcoNordeste. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site [www.ecorodovias.com.br/relacionamento](http://www.ecorodovias.com.br/relacionamento). **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2024: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (IBR); TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Emenda à ISRE2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Procedimentos Previamente Acordados das controladas Ecoponte e Eco050; (ii.b) Asseguramto limitado do Relatório Integrado e Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE); e (ii.c) Consultoria de benefícios fiscais da Lei do Bem da controlada Eco101. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa, está de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não caracterizar conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários consolidados relativos ao exercício de 2024 totalizaram R\$4.827,1 mil sendo que, o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfaz R\$428,5 mil, representando 8,9% do total de honorários pagos no exercício de 2024. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 22 de março de 2022, que revisou, discorou e concluiu: (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Administração					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2024 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024 31/12/2023		
Receita líquida .....	25	415.739	353.565	9.496.782	8.493.391
Custo dos serviços prestados .....	26	(274.691)	(226.169)	(906.424)	(5.299.109)
Lucro bruto .....		141.048	127.429	3.806.358	3.194.282
Despesas gerais e administrativas .....	26	(72.989)	(61.320)	(237.860)	(208.507)
Resultado de equivalência patrimonial .....	11.1	1.421.958	1.126.912	-	-
Amortização do ágio sobre investimento .....	11.2	(15.032)	(14.391)	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável .....	13.e	-	-	(41.512)	(161.147)
Acordo de leniência .....	20.1	-	-	-	(10.124)
Outras receitas (despesas), líquidas .....		1.278	24.639	2.215	5.601
Lucro operacional .....		1.476.263	1.203.269	3.529.201	2.820.105
Receitas financeiras .....	27	162.694	119.871	446.276	310.551
Receitas (despesas) financeiras, líquidas .....	27	(633.626)	(579.091)	(2.165.679)	(1.684.098)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social .....		(470.932)	(459.220)	(1.719.405)	(1.375.547)
Imposto de renda e contribuição social .....	14	-	-	(795.113)	(675.441)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas .....		1.005.331	744.049	1.809.798	1.446.558
Lucro líquido do exercício das operações interrompidas .....		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício .....		1.005.331	744.049	1.014.685	771.117
Atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores .....		1.005.331	744.049	1.005.331	744.049
Participação dos acionistas não controladores .....		-	-	9.354	27.068
Lucro por ação - básico e diluído (em reais) .....	28	0,47660	0,35448	0,47660	0,35448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais)					
	Controladora 31/12/2024 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024 31/12/2023			
Lucro líquido do exercício .....	1.005.331	744.049	1.014.685	771.117	
Outros componentes do resultado abrangente .....	-	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício .....	1.005.331	744.049	1.014.685	771.117	
Atribuível a:					
Acionista controladores .....	-	-	1.014.685	771.117	
Acionistas não controladores .....	-	-	9.354	27.068	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais)					
	Controladora 31/12/2024 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024 31/12/2023			
Receitas					
Com arrecadação de pedágio e prestação de serviços .....	-	-	6.547.163	5.426.735	
Com construção .....	-	-	3.432.607	3.450.530	
Outras receitas .....	463.067	394.380	140.978	131.781	
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados .....	(55.066)	(40.991)	(4.335.081)	(4.220.350)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros .....	(33.337)	(20.650)	(125.978)	(100.405)	
Outros .....	(339)	(62)	(13.515)	(12.505)	
Valor adicionado bruto .....	374.325	332.677	5.646.133	4.685.541	
Depreciação e amortização .....	(40.640)	(27.139)	(957.822)	(721.386)	
Amortização de investimentos .....	(15.032)	(14.391)	-	-	
Outras receitas (despesas), líquidas .....	-	-	(41.512)	(82.537)	
Provisão para redução ao valor recuperável .....	(55.672)	(41.530)	(999.334)	(4.087.025)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia .....	318.653	291.147	4.646.799	3.798.485	
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras .....	162.694	119.871	446.276	310.551	
Equivalência patrimonial, líquidas .....	1.421.958	1.126.912	-	-	
Outras receitas (despesas), líquidas .....	1.585.930	1.271.422	448.491	310.551	
Valor adicionado total a distribuir .....	1.904.583	1.562.569	5.095.290	4.109.036	
Distribuição do valor adicionado .....	1.904.583	1.562.569	5.095.290	4.109.036	
Pessoal .....	214.672	192.313	496.786	448.489	
Remuneração direta .....	178.010	159.558	372.509	339.606	
Benefícios .....	25.243	23.629	87.142	87.142	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS .....	10.419	9.135	24.701	21.471	
Impostos, taxas e contribuições .....	46.989	40.753	1.405.523	1.188.346	
Federais .....	36.390	32.123	1.073.330	910.323	
Municipais .....	10.599	8.630	32.193	278.023	
Remuneração de capitais de terceiros .....	637.591	585.454	2.178.296	1.701.084	
Aluguéis .....	526.828	524.068	1.394.114	1.116.731	
Outros efeitos financeiros .....	3.965	6.363	12.617	16.986	
Remuneração de capitais próprios .....	106.799	55.025	771.560	567.367	
Participação dos acionistas não controladores .....	1.005.331	744.049	1.014.685	771.117	
Reserva legal .....	46.788	-	46.788	-	
Dividendos mínimos obrigatórios .....	50.267	37.202	50.267	37.202	
Lucros retidos .....	238.766	176.712	238.766	176.712	
	669.510	530.135	669.510	530.135	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com urgência pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se Lei Complementar nº 142/2025, embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor de IAS ainda não tenham sido iniciadas. A Reforma nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outros previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, o Grupo lista abaixo todos as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. • Alteração ao IAS 19C - 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo dez meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2024, o IASB emitiu uma proposta de alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que o passivo não fosse exigível antes da data de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudança nas políticas contábe





<





... continuação

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 08.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos:

MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)

RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES

ROBERTO BORGES PAIVA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 25)

A receita do Consolidado é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia e suas controladas. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia e suas controladas. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais do Consolidado. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia e suas controladas. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 13)

Em 31 de dezembro de 2024, o Consolidado tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 20.975.952 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 20.3)

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal (“MPF”), no âmbito da “Operação Infinita Highway”, a Companhia, em conjunto com sua controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101”), finalizou as análises internas e apurou os possíveis efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente. Nesse sentido, a administração, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos, estimou e provisionou os valores possivelmente devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 92.752 mil em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a Companhia e a Eco101 estão trabalhando conjuntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito. Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto.

Processo competitivo - Eco101 (Notas 19.4 e 33.13)

A controlada Eco101 declarou sua intenção de adesão ao processo de relicitação junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de termos aditivos, sendo no Terceiro Termo Aditivo estabelecidas as condições de prestação dos serviços e responsabilidades das partes no processo de relicitação. Desde sua assinatura, em 30 de agosto de 2023, outros novos aditivos foram firmados para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro termo aditivo. A prorrogação se deu em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, que foram conduzidos pela na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (“TCU”). Após as discussões entre as partes, em 17 de março de 2025 foi aprovada a abertura do processo competitivo, por meio de leilão, para eventual alienação de 100% das ações da Eco101.

DIRETORIA

Diretor de Recursos Humanos: GUILHERME BRAGA DOS SANTOS

Diretor de Controladoria: HUGO RAFAEL MITZ

Diretor de Relações com Investidores: HUGO RAFAEL MITZ

Diretor de Engenharia: FILIPPO CHIARELLO

Diretor de Tecnologia: AFRÂNIO LAMY SPOLADOR JUNIOR

Diretor Jurídico: EDUARDO AUGUSTO ALCMIN JACOB

Contador: HUGO RAFAEL MITZ - CRC 1PR050369/O-4 T° SP

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Não a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025

pwc

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes Ltda.

CRC 25P000160/O-5

Marcelo Orlando

Contador CRC 15P217518/O-7



**Outros assuntos**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025

**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 25P000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

